



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 23º Região - TOCANTINS

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO
DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2017

Palmas/TO, 12 de novembro de 2018.

Aos Ilmos. Srs.

**Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 23ª REGIÃO/TO**

Administração Regional do Tocantins - CNPJ(MF) 19.331.976/0001-75

Endereço: Quadra 104 Norte Rua NE 07 nº 42 – sala 11 – Plano Diretor Norte
Palmas/TO

Att.: Coordenação Financeira e Contábil
Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo CRP/TO acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2017, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no item "1.10.2" do Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2018, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para o Plenário a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/0

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/0-9
Sócio Sênior

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 23ª REGIÃO – CRP/TO
RELATÓRIO DE AUDITORIA NA FORMA LONGA
ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO CONTROLES INTERNOS E
ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do **Conselho Regional de Psicologia 23ª Região – CRP/TO**, doravante denominado “Autarquia”, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, levado a efeito mediante visitas na Sede da Autarquia nos mês de setembro de 2018, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.2.1 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.2.2 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

1.2.3 ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

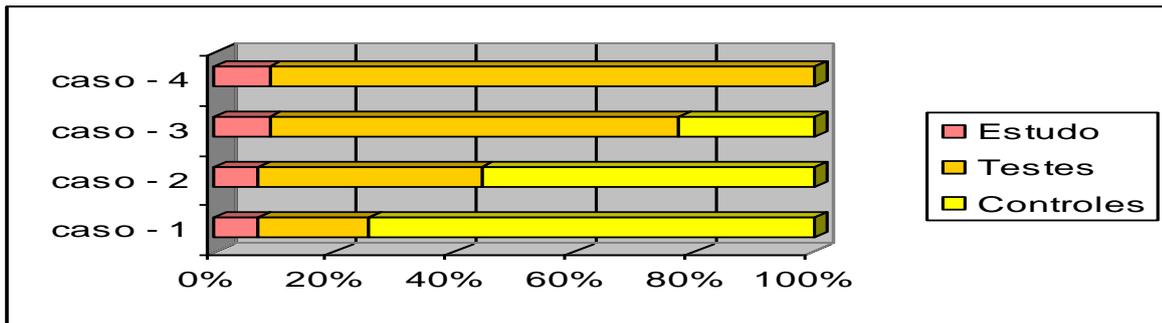
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente de uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

1.2.4 AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

GRÁFICO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

1.2.5 TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

⇒ Testes de Observância:

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

⇒ Testes de Substância:

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

1.2.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADAS

- ✓ Análise do orçamento anual verificando se foram aprovados regularmente, se as receitas previstas guardam conformidade com as fontes e se as despesas fixadas são compatíveis com os planos, programas, projetos e atividades aprovados;
- ✓ Examinamos a execução orçamentária, verificando se a receita arrecadada e a despesa realizada guardam conformidade com o que foi orçado, no que diz respeito aos aspectos quantitativos e qualitativos e, no caso de ser necessária reformulação ou remanejamento, se foram processados regularmente;
- ✓ Procedemos análise do sistema utilizado pelo CFP para o controle da arrecadação e recolhimento das receitas, verificando o seu grau de segurança e eficácia, principalmente no que se refere à compatibilidade com os dados apresentados pelos CRPs e com os créditos efetuados pelo banco;
- ✓ Efetuamos análise da documentação (boletos, GRs, borderôs bancários) e dos sistemas de controle de arrecadação e recolhimento das receitas adotados pelos Regionais quanto à segurança e eficácia na identificação das origens, à efetivação dos créditos bancários e do compartilhamento, verificando, no caso da utilização do sistema compartilhado do Banco do Brasil, se estão sendo obedecidos os termos do contrato firmado com o CFP;
- ✓ Testamos os cálculos e remessas da Cota-Parte e do Fundo de Seções feitos pelo Regional, tanto do sistema compartilhado quanto do não compartilhado, compatibilizando os dados e registros do Regional com os dados do CFP;
- ✓ Verificamos a exatidão dos registros de recebimento de anuidades no controle cadastral e financeiro dos profissionais inscritos no Conselho;
- ✓ Procedemos teste para verificar a exatidão do efetivo controle relativo aos psicólogos inscritos no Conselho, à inadimplência, à inscrição na dívida ativa e a execução fiscal;
- ✓ Verificação do controle das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados no que tange às atividades-fim da Instituição;
- ✓ Análise da movimentação dos recursos financeiros, verificando se está sendo efetuado por meio de banco oficial, se as aplicações financeiras são feitas de acordo com os dispositivos legais em vigor e se as contas são conciliadas regularmente;
- ✓ Exame dos procedimentos para realização da despesa, de sua propriedade e oportunidade, da formalização da documentação comprobatória, quanto à observância dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- ✓ Avaliação dos documentos comprobatórios das despesas (notas fiscais, faturas e ou recibos) quanto ao atendimento das fases das despesas: empenho, liquidação e pagamento;
- ✓ Análise dos processos licitatórios, inclusive dispensa e inexigibilidade, no que diz respeito ao cumprimento das Leis ns. 8.666/93 e 10.520/02, suas regulamentações e normas acessórias;

- ✓ Verificamos os contratos e seus aditivos, bem como os instrumentos dos convênios e demais instrumentos firmados com terceiros, que resultaram ou resultem no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações, quanto aos seus aspectos legais e normais e ao cumprimento de suas cláusulas;
- ✓ Examinamos os procedimentos para seleção, admissão e dispensa de pessoal, dos controles e registros pertinentes, acordos coletivos de trabalho, plano de cargos e salários, do cumprimento dos direitos e obrigações resultantes da relação entre as partes, de passivos trabalhistas, se houver, e de possíveis riscos trabalhistas;
- ✓ Analisamos os procedimentos contábeis utilizados, principalmente no que diz respeito à observância dos princípios fundamentais de contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16, verificando o cumprimento das formalidades e escrituração dos Livros Diários e Razão, se os registros guardam conformidade com a documentação comprobatória e se estão atualizados;
- ✓ Análise dos balancetes, dos balanços orçamentário financeiro e patrimonial, das demonstrações das contas de resultado e demais demonstrações contábeis e extra-contábeis quanto aos aspectos formais técnicos, verificando se os valores demonstrados representam adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição;
- ✓ Análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais Ativos e Passivos, inclusive do resultado patrimonial do exercício;
- ✓ Avaliação do sistema de controle dos bens patrimoniais móveis e imóveis, principalmente no que tange à identificação, localização, movimentação, guarda, estado de conservação, inventário, etc.;
- ✓ Análise do histórico de demandas e de diligências originárias dos órgãos de controle externo (TCU) e interno (CFP) e de seu cumprimento.

1.2.7 BALANCETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado em 31/12/2017 sob exame, bem como da análise dos relatórios anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética a seguir, visando à melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações.

Conta	ATIVO	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
		Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
1.1	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 144.399,50	76,77%	R\$ 105.203,13	70,49%	R\$ 39.196,37	37,26%
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 20.846,10	11,08%	R\$ 15.051,76	10,09%	R\$ 5.794,34	38,50%
1.1.2	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 116.415,29	61,90%	R\$ 83.136,75	55,71%	R\$ 33.278,54	40,03%
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 7.138,11	3,80%	R\$ 7.014,62	4,70%	R\$ 123,49	1,76%
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 43.683,85	23,23%	R\$ 44.037,49	29,51%	-R\$ 353,64	-0,80%
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 9.199,80	4,89%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 9.199,80	100%
1.2.3	IMOBILIZADO	R\$ 34.484,05	18,33%	R\$ 44.037,49	29,51%	-R\$ 9.553,44	-21,69%
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	R\$ 72.409,62	38,50%	R\$ 72.409,62	48,52%	R\$ 0,00	0,00%
1.2.3.8	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-R\$ 37.925,57	-20,16%	-R\$ 28.372,13	-19,01%	-R\$ 9.553,44	33,67%
	TOTAL	R\$ 188.083,35	100%	R\$ 149.240,62	100,00%	R\$ 38.842,73	26,03%
Conta	PASSIVO	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
		Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-36.421,97	19,36%	-19.591,35	13,13%	R\$ 16.830,62	85,91%
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00%	-551,51	2,82%	-R\$ 551,51	-100%
2.1.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-703,59	1,93%	-405,49	2,07%	R\$ 298,10	73,52%
2.1.4	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
2.1.5	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	-46,23	0,13%	-46,23	0,24%	R\$ 0,00	0,00%
2.1.7	PROVISÕES A CURTO PRAZO	-35.007,60	96,12%	-18.941,38	96,68%	R\$ 16.066,22	84,82%
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-664,55	1,82%	353,26	-1,80%	R\$ 1.017,81	-288%
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00%	0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
	TOTAL DO PASSIVO	-36.421,97	19,36%	-19.591,35	13,13%	R\$ 16.830,62	85,91%
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	-151.661,38	80,64%	-129.649,27	86,87%	R\$ 22.012,11	16,98%
	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-151.661,38	80,64%	-129.649,27	86,87%	R\$ 22.012,11	16,98%
	TOTAL	-188.083,35	100,00%	-149.240,62	100,00%	R\$ 38.842,73	26,03%

1.2.7.1 RISCO POR RELEVÂNCIA HORIZONTAL

Referida análise visa explicar a variação percentual positiva de **26,03%** verificada nos saldos do Ativo e no Passivo, que perfaz um aumento patrimonial de **R\$ 38.842,73**, ocorrida entre os exercícios de 2017 e 2016 propiciando assim analisarmos a relevância de cada saldo a partir do volume monetário transacionado em cada rubrica, no período sob exame.

Neste sentido percebe-se com razoável facilidade que os principais grupos do balanço apresentaram a seguinte variação no período:

Conta	ATIVO	Variação 2016 x 2017		RISCO DE VARIÇÃO
		Especificação	R\$	A/H
1.1	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 39.196,37	37,26%	ALTO
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 5.794,34	38,50%	ALTO
1.1.2	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 33.278,54	40,03%	ALTO
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 123,49	1,76%	BAIXO
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	-R\$ 353,64	-0,80%	BAIXO
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 9.199,80	100%	ALTO
1.2.3	IMOBILIZADO	-R\$ 9.553,44	-21,69%	ALTO
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	R\$ 0,00	0,00%	NIHIL
1.2.3.8	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-R\$ 9.553,44	33,67%	ALTO
TOTAL		R\$ 38.842,73	26,03%	ALTO
Conta	PASSIVO	Variação 2016 x 2017		RISCO DE VARIÇÃO
		Especificação	R\$	A/H
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 16.830,62	85,91%	ALTO
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	-R\$ 551,51	-100%	BAIXO
2.1.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	0,00%	NIHIL
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	R\$ 298,10	73,52%	ALTO
2.1.4	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	0,00%	NIHIL
2.1.5	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	R\$ 0,00	0,00%	NIHIL
2.1.7	PROVISÕES A CURTO PRAZO	R\$ 16.066,22	84,82%	ALTO
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	R\$ 1.017,81	-288%	BAIXO
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 0,00	0,00%	NIHIL
TOTAL DO PASSIVO		R\$ 16.830,62	85,91%	ALTO
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	R\$ 22.012,11	16,98%	RELATIVO
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 22.012,11	16,98%	RELATIVO
TOTAL		R\$ 38.842,73	26,03%	ALTO

1.2.7.2 RISCO POR RELEVÂNCIA VERTICAL

Precitada análise é uma ferramenta útil ao conhecimento da relevância decorrente da composição e da exposição da proporção dos itens considerados individualmente em relação a seu todo, nesse caso chamamos exposição ativa. Neste diapasão depreende-se a seguinte posição:

Conta	ATIVO		SALDOS		RISCO DE EXPOSIÇÃO
	Especificação	Exercício Atual	A/V	< A/V >	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 144.399,50	76,77%	ALTO	
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 20.846,10	11,08%	RELATIVO	
1.1.2	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 116.415,29	61,90%	ALTO	
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 7.138,11	3,80%	BAIXO	
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 43.683,85	23,23%	ALTO	
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 9.199,80	4,89%	BAIXO	
1.2.3	IMOBILIZADO	R\$ 34.484,05	18,33%	RELATIVO	
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	R\$ 72.409,62	38,50%	ALTO	
1.2.3.8	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-R\$ 37.925,57	-20,16%	ALTO	
	TOTAL	R\$ 188.083,35	100%	ALTO	
Conta	PASSIVO		SALDOS		RISCO DE EXPOSIÇÃO
	Especificação	Exercício Atual	A/V	< A/V >	
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-36.421,97	19,36%	RELATIVO	
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00%	NIHIL	
2.1.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00%	NIHIL	
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-703,59	1,93%	BAIXO	
2.1.4	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00%	NIHIL	
2.1.5	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	-46,23	0,13%	BAIXO	
2.1.7	PROVISÕES A CURTO PRAZO	-35.007,60	96,12%	ALTO	
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-664,55	1,82%	BAIXO	
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00%	NIHIL	
	TOTAL DO PASSIVO	-36.421,97	19,36%	RELATIVO	
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	-151.661,38	80,64%	ALTO	
	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-151.661,38	80,64%	ALTO	
	TOTAL	-188.083,35	100,00%	ALTO	

1.2.7.3 MATRIZ DE RISCO PONDERADA

Da exegese dos dados apresentados nas análises supracitadas, temos informações essenciais para a ponderação do chamado risco relativo de auditoria, no qual se percebe a seguinte posição.

ATIVO		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Conta	Especificação	< A/V >	< A/H >
1.1	ATIVO CIRCULANTE	ALTO	ALTO
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	RELATIVO	ALTO
1.1.2	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	ALTO	ALTO
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	BAIXO	BAIXO
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	ALTO	BAIXO
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	BAIXO	ALTO
1.2.3	IMOBILIZADO	RELATIVO	ALTO
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	ALTO	NIHIL
	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	ALTO	ALTO
1.2.3.8	ACUMULADAS	ALTO	ALTO
TOTAL		ALTO	ALTO
PASSIVO		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Conta	Especificação	< A/V >	< A/H >
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	RELATIVO	ALTO
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	NIHIL	BAIXO
2.1.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	NIHIL	NIHIL
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	BAIXO	ALTO
2.1.4	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	NIHIL	NIHIL
2.1.5	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	BAIXO	NIHIL
2.1.7	PROVISÕES A CURTO PRAZO	ALTO	ALTO
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	BAIXO	BAIXO
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	NIHIL	NIHIL
TOTAL DO PASSIVO		RELATIVO	ALTO
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	ALTO	RELATIVO
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		ALTO	RELATIVO
TOTAL		ALTO	ALTO

A partir dessa Matriz de Risco é que efetuamos todo o planejamento do trabalho, procedendo ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, analisando sua eficiência e efetividade, para que com base no grau de credibilidade atribuído em cada situação, possamos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade da população amostral para aplicação dos procedimentos de auditoria apropriados e aderentes a cada caso.

2 ASPECTOS CONTÁBEIS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTÁRIAS

Atendendo ao Termo de Referência vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 003/2018, adaptamos nosso Programa Padrão de Auditoria e o conseqüente Planejamento, visando atendermos integralmente ao que foi preconizado no aludido Termo e mediante procedimentos de auditoria aplicados especificamente para esse fim.

2.1.1 Classificação da Receita

Relativamente à estrutura da Proposta Orçamentária/Balanco Orçamentário, verificamos que a Classificação da Receita Orçamentária por Natureza não está de acordo com o estabelecido no Artigo 9º, § 4º da Lei 4.320/64, que classifica a Receita Orçamentária por Natureza conforme quadro a seguir:

Origem da Receita	
1 Receitas Correntes	2 Receitas de Capital
7 Receita Correntes Intraorçamentárias	8 Receitas de Capital Intraorçamentárias
1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1 Operações de Crédito
2 Contribuições	2 Alienação de Bens
3 Receita Patrimonial	3 Amortização de Empréstimos
4 Receita Agropecuária	4 Transferências de Capital
5 Receita Industrial	9 Outras Receitas de Capital
6 Receita de Serviços	
7 Transferências Correntes	
9 Outras Receitas Correntes	

Conforme o quadro, extraído do MCASP 7ª Edição, a Categoria Econômica “Receitas Correntes”, desdobra-se nas Origens acima listadas. Não consta, portanto, dentre as Receitas Correntes, a Origem “Receitas Financeiras”, que figura na Proposta Orçamentária e no Balanco Orçamentário do CRP/TO.

FINANCEIRAS	11.757,20	11.757,20	37.783,10	26.025,90
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	8.299,20	8.299,20	25.729,47	17.430,27
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	3.458,00	3.458,00	12.053,63	8.595,63
MULTAS SOBRE ANUIDADES	3.458,00	3.458,00	7.355,98	3.897,98

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página: 1/3

A classificação mais adequada para **Atualização Monetária**, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público é na **Origem** “Outras Receitas Correntes”, que é constituída pelas receitas cujas características não permitam o enquadramento nas demais classificações da receita corrente, tais como indenizações, restituições, ressarcimentos, multas administrativas, contratuais e judiciais, previstas em legislações específicas, entre outras (MCASP), subclassificado no Tipo “2”, por se tratar de Multas e Juros de Mora da respectiva receita.

Já a **Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras**, devem ser classificados como **Receitas Correntes “Patrimoniais”**, pois provêm da fruição do patrimônio do Conselho.

Verificamos, ainda, que consta como item de **Receita de Capital**, dentro da *origem* Outras Receitas de Capital, a *espécie* “Superavit Financeiro”, analisemos:

Conforme estabelece o § 2º do Art. 11 da Lei 4.320/64, Receitas de Capital são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.

Já o Superavit **Financeiro** consiste na *diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas*. Portanto, trata-se de **saldo financeiro** e não de nova receita a ser registrada. Não sendo pertinente, portanto, sua inclusão na Proposta Orçamentária como fonte de Receita de Capital.

2.1.1 Classificação da Despesa

Constatamos que figura entre as Despesas de Capital, na Rubrica “Transferências de Capital” o montante fixado de R\$ 215.728,00, sendo que nada foi realizado no período sob análise, conforme abaixo:

CRÉDITO DISPONÍVEL	DESPESA DE CAPITAL	215.728,00	215.728,00	0,00	0,00	0,00	215.728,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL		215.728,00	215.728,00	0,00	0,00	0,00	215.728,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		215.728,00	215.728,00	0,00	0,00	0,00	215.728,00

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página: 2/3

Classificam-se na categoria econômica Despesas de Capital, as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. As despesas orçamentárias de capital mantêm uma correlação com o registro de incorporação de ativo imobilizado, intangível ou investimento (no caso dos grupos de natureza da despesa 4 – investimentos e 5 – inversões financeiras) ou o registro de desincorporação de um passivo (no caso do grupo de despesa 6 – amortização da dívida).

Constatamos, com base nas evidências colhidas, que tal previsão se trata de um “mecanismo orçamentário” que busca garantir o **equilíbrio fiscal** do CRP/TO durante o exercício financeiro, comprometendo fontes de receitas a essa rubrica. Enfatizamos que a LRF, em seu Artigo 9º, já estabeleceu mecanismos para controle da execução da despesa, quando a arrecadação de receitas se mostrar insuficiente, senão vejamos:

Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

3.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **76,77%** do saldo total do ativo recebendo atributo de “alto risco” sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação positiva de **R\$ 39.196,37** equivalentes a **37,26%** de aumento em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um “alto risco”, do ponto de vista quantitativo e do ponto de vista qualitativo.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

Conta	ATIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
		Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
1.1	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 144.399,50	76,77%	R\$ 105.203,13	70,49%	R\$ 39.196,37	37,26%
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 20.846,10	11,08%	R\$ 15.051,76	10,09%	R\$ 5.794,34	38,50%
1.1.2	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 116.415,29	61,90%	R\$ 83.136,75	55,71%	R\$ 33.278,54	40,03%
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 7.138,11	3,80%	R\$ 7.014,62	4,70%	R\$ 123,49	1,76%

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujo o saldo responde individualmente por aproximadamente **55,82%** do total do disponível da Autarquia, sendo, portanto, a rubrica mais significativa do disponível e de resto do Balanço Patrimonial como um todo, a qual apresentou a seguinte variação no período.

Apresentamos adiante o saldo existente, o qual está composto conforme abaixo:

ATIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 144.399,50	76,77%	R\$ 105.203,13	70,49%	R\$ 39.196,37	37,26%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 20.846,10	11,08%	R\$ 15.051,76	10,09%	R\$ 5.794,34	38,50%
Banco do Brasil AG.: 1505-9 C/C: 56306-4	R\$ 2.783,92	1,48%	R\$ 5.447,75	3,65%	-R\$ 2.663,83	-48,90%
Banco do Brasil AG.: 1505-9 C/C: 57.368-X	R\$ 6.423,94	3,42%	R\$ 334,98	0,22%	R\$ 6.088,96	1817,71%
Banco do Brasil AG. 1505-9 C/C 56307-2	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	0,00%
BB Curto Prazo Supremo Setor Público	R\$ 11.638,24	8,06%	R\$ 9.269,03	8,81%	R\$ 2.369,21	25,56%

✓ Controles Internos

As contas de depósitos ou de aplicações mantidas junto a instituições financeiras são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários cotejados com o razão contábil, além da realização de circularização junto às instituições financeiras nas quais o Conselho mantém seus ativos financeiros.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações de 31/12/2017 revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

3.1.2 CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

Este saldo representa **61,90%** da exposição ativa e registra uma variação positiva de **R\$ 33.278,54** equivalentes a uma diminuição de **40,03%** em relação ao exercício anterior. Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registram importantes operações vinculadas à “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física”.

ATIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 144.399,50	76,77%	R\$ 105.203,13	70,49%	R\$ 39.196,37	37,26%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 116.415,29	61,90%	R\$ 83.136,75	55,71%	R\$ 33.278,54	40,03%
Anuidades do Exercício Pessoa Física	R\$ 108.541,21	57,71%	R\$ 79.170,20	53,05%	R\$ 29.371,01	37,10%
Anuidades do Exercício Pessoa Jurídica	R\$ 7.874,08	4,19%	R\$ 3.966,55	2,66%	R\$ 3.907,53	98,51%
Anuidades do Exercício Anterior Pessoa Física	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00		R\$ 0,00	-
Anuidades do Exercício Anterior Pessoa Jurídica	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2017 e 2016, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

a) Anuidades do exercício PF e PJ

As anuidade a receber do CRP-TO, são apropriadas conforme previsão orçamentaria da receita. Tais registros devem ocorrer levando em consideração a emissão dos boletos de cobrança e controlados mensalmente (conciliadas) devido aos cancelamentos e novas solicitações de

registro profissional. O subsistema patrimonial obedece ao princípio da competência, de acordo com a Lei nº 4.320/64, Título IX – Da Contabilidade:

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador.

Regimes da Contabilidade Aplicada ao Setor Público					
Regime Orçamentário			Regime Contábil (Patrimonial)		
Receita Orçamentária	Arrecadação	Lei nº 4.320/1964 art. 35	Variação Patrimonial Aumentativa	Competência	Resolução CFC nº 750/1993

Verificamos que a Autarquia não possui metodologia para cálculo das Perdas Estimadas para créditos de liquidação duvidosa. sobre o assunto, o MCASP dispõe:

Este Manual não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, tendo em vista a diversidade da origem dos créditos e dos graus de estruturação das atividades de cobrança nos entes da Federação. Caberá a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos.

b) Anuidades do exercício anterior

O saldo da conta anuidades do exercício anterior PF e PJ encontra-se zerados, toda via solicitamos a administração do Conselho relatório do sistema financeiro SISCAP para verificar a composição dos inadimplentes. Identificamos os seguintes resultados:

Conta	Descrição	Razão	Controle	Diferença
1122105	Anuidades do Exercício Anterior Pessoa Física	0,00	175.077,25	-175.077,25
1122106	Anuidades do Exercício Anterior Pessoa Jurídica	0,00	7.620,75	-7.620,75

✓ Opinião

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Créditos à Curto Prazo nos pareceram insuficientes para salvaguardar tais ativos, existe a necessidade de adequações referentes a apropriação dos créditos tributários e metodologia para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. Sugerimos também que a Autarquia realize um estudo dos resultados adquiridos através do relatório de devedores de exercícios anteriores e caso fidedignos, proceder com os ajustes necessários na rubrica Anuidades do exercício anterior PF e PJ.

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Resolução CFC n.º 1.437/13, que altera e inclui itens da NBC T 16.6 (R1) Demonstrações Contábeis. Precitado grupo representa **23,23%** da exposição ativa, apresentando um decréscimo de **R\$ -353,64** equivalentes a um percentual de **-0,80%** em relação ao exercício anterior, recebendo atributo de baixo risco na “matriz de risco” que elaboramos no planejamento da auditoria.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

Conta	ATIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
		Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 43.683,85	23,23%	R\$ 44.037,49	29,51%	-R\$ 353,64	-0,80%
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 9.199,80	4,89%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 9.199,80	100%
1.2.3	IMOBILIZADO	R\$ 34.484,05	18,33%	R\$ 44.037,49	29,51%	-R\$ 9.553,44	-21,69%
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	R\$ 72.409,62	38,50%	R\$ 72.409,62	48,52%	R\$ 0,00	0,00%
1.2.3.8	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-R\$ 37.925,57	-20,16%	-R\$ 28.372,13	-19,01%	-R\$ 9.553,44	33,67%

3.2.1 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **18,33%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco alto sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um decréscimo de **-21,69%** das transações que compõem a variação negativa de **R\$ -9.553,44**, constatada no exercício sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

✓ Procedimentos de Auditoria

Não acompanhamos os inventários físicos dos bens integrantes do ativo imobilizado da Autarquia, todavia, selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade no que tange a bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ Constatações

Ao realizar o exame de verificação dos itens contabilizados no Ativo Imobilizado, podemos constatar a existência de bens registrados por valor Simbólico ou abaixo do valor do valor justo de mercado. Outro apontamento identificado na análise foi a existência de materiais de consumo registrados na rubrica, conforme destacado na planilha destacada. Parte desses bens foram doados pelo Conselho Federam de Psicologia – CFP, conforme termo de doação apresentado a nosso auditores.

Código	RFID	Bem móvel	Responsável	Dt. Aquisição	Vr. Aquisição	Vr. Atual
0005		MAQUINA FOTOGRAFICA	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	02/01/2014	0,01	0,01
Descrição:		MAQUINA FOTOGRAFICA COM MEMORY STICK PRO DUO - 2 GB. MEMORY STICK DUO ADAPTOR COM MANUAL				
0021		ARMARIO	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	02/01/2014	0,01	0,01
Descrição:		ARMARIO COM DUAS PORTAS EM MELANINO				
0088		ARMARIO	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	02/01/2014	0,01	0,01
Descrição:		ARMARIO TIPO ESTANTE COM TRES PRATELEIRAS EM MELANINO				
0116		MESA	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	02/01/2015	0,01	0,01
Descrição:		MESA MEDIA EM MELANINO				
0130		FITA PARA IMPRESSORA	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0131		FITA PARA IMPRESSORA	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0132		FITA PARA IMPRESSORA	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0133		FITA PARA IMPRESSORA	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0134		FITA PARA IMPRESSORA	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0135		FITA PARA IMPRESSORA	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0136		FITA PARA IMPRESSORA	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0137		FITA PARA IMPRESSORA	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0138		FITA PARA IMPRESSORA	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0139		FITA PARA IMPRESSORA	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0140		FITA PARA IMPRESSORA	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0141		FITA PARA IMPRESSORA	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0142		FITA PARA IMPRESSORA	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0143		NOTEBOOK	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0144		NOTEBOOK	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0145		NOTEBOOK	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0146		NOTEBOOK	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0147		SCANNER	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0148		IMPRESSORA MATRICIAL	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				
0149		SERVIDOR	MURIEL CORREA NEVES RODRIGUES	01/11/2017	1,00	1,00
Descrição:		VALOR SIMBÓLICO, BEM RECEBIDO EM DOAÇÃO DO CFP.				

Conforme o MCASP, Ativo Imobilizado é:

“...item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período (exercício).”

✓ Opinião

Salientamos para a possibilidade de o Conselho realizar a Reavaliação dos itens registrados no grupo “Bens Móveis” do Ativo Imobilizado. O intuito é minimizar os fatores de diferenças monetária entre o valor contábil e o valor justo, principalmente dos bens transferidos em doação. Sugerimos a baixa dos bens que não atendem as características de Ativo Imobilizado.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **13,09%** do saldo total do passivo recebendo atributo de risco relativo sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação negativa de **R\$ 29.166,85**, equivalentes a uma redução de **59,90%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando baixo risco do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

Conta	PASSIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
		Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-36.421,97	19,36%	-19.591,35	13,13%	R\$ 16.830,62	85,91%
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00%	-551,51	2,82%	-R\$ 551,51	-100%
2.1.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-703,59	1,93%	-405,49	2,07%	R\$ 298,10	73,52%
2.1.4	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
2.1.5	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	-46,23	0,13%	-46,23	0,24%	R\$ 0,00	0,00%
2.1.7	PROVISÕES A CURTO PRAZO	-35.007,60	96,12%	-18.941,38	96,68%	R\$ 16.066,22	84,82%
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-664,55	1,82%	353,26	-1,80%	R\$ 1.017,81	-288%

4.1.2. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) do CRP. Em 31/12/2017 essa conta apresenta um saldo de R\$ 2.121,03, que estava assim composto:

✓ Procedimentos de Auditoria

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ Constatações

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa.

Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ Opinião

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.2 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Uma provisão deve ser reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação decorrente de sentenças desfavoráveis a Autarquia.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas devem ser efetuados de acordo com os critérios definidos no NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

✓ **Recomendação**

Portanto, recomendamos ao Setor Jurídico que informe em um relatório, um prognóstico quanto à possibilidade de perda no desfecho das questões, classificando-as como provável, possível ou remota. Inclusive eventuais valores de honorários e/ou custas devidos em todas as ações movidas, visando atender na totalidade a real necessidade do reconhecimento das Contingências a Curto e Longo Prazo.

Há obrigação presente que provavelmente exige a saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente que possa, mas, provavelmente, não irá exigir a saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente onde a probabilidade da saída dos recursos é remota.
A provisão deve ser reconhecida (item 22).	Nenhuma provisão deve ser reconhecida (item 35).	Nenhuma provisão deve ser reconhecida (item 35).
A divulgação da provisão é necessária (itens 97 e 98).	A divulgação do passivo contingente é necessária (item 100).	A divulgação não é necessária (item 100).

Reconhecimento da Provisão:

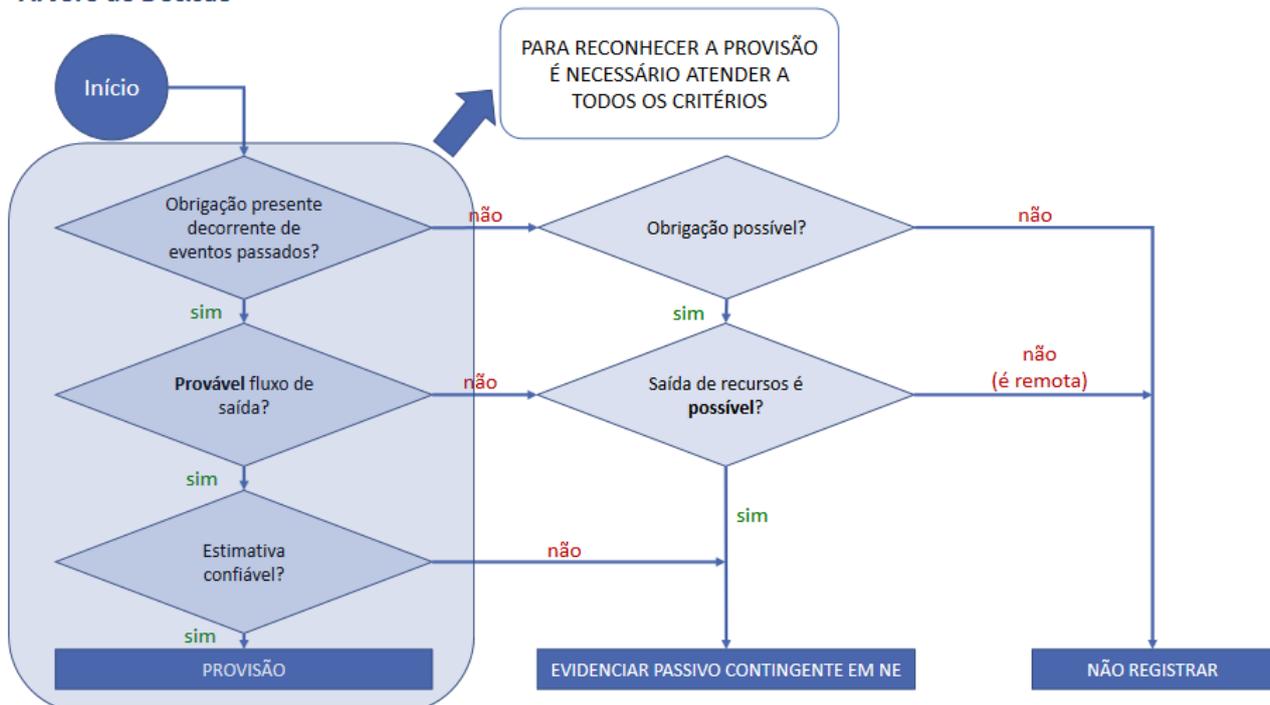
Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- ⇒ a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- ⇒ seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- ⇒ possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Árvore da decisão

Este resumo é apenas ilustrativo. Seu propósito é demonstrar os principais requerimentos de reconhecimento da Norma para provisões e passivos contingentes. E deve ser utilizado pelos peritos, para formação de sua opinião.

Árvore de Decisão



4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **86,91%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou positivamente em **46,11%** em relação ao exercício anterior.

Conta	PASSIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
		Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	-151.661,38	80,64%	-129.649,27	86,87%	R\$ 22.012,11	16,98%
	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-151.661,38	80,64%	-129.649,27	86,87%	R\$ 22.012,11	16,98%

✓ Opinião

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. SUPRIMENTO DE FUNDOS

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatações.

O suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor previamente designado e tem como finalidade atender a despesas que não possam aguardar o processo normal, ou seja, é exceção quanto a não realização de procedimento licitatório.

Avaliamos os procedimentos quanto à utilização de Suprimento de Fundos para despesas de pequeno vulto concedidos aos servidores do CRP TO e a correta forma de prestação de contas do mesmo, baseados em três aspectos mais relevantes:

- ✓ Observância dos Prazos;
Obs.: Sem inconformidades
- ✓ Análise dos Comprovantes;
Obs.: Não vêm sendo observado, pelos Agentes Supridos, o limite individual de R\$ 200,00 por despesa de pequeno vulto, correspondente a 0,25% do valor constante na alínea "a" do inciso "II" do Art.º 23, da Lei 8.666/93. Limite que, conforme Norma 05 do CFP aprovada pela Resolução nº 010/2007, de 1º de junho de 2017, é de R\$ 100,00.
- ✓ Análise das Formalidades;
Obs.: Verificamos a utilização de Suprimentos de Fundos para pagamento de rateio de fatura de fornecimento de água.

Opinião

Foi constatado que os Suprimentos de Fundos aplicados pelos Agentes Supridos, se destinam, em sua grande maioria, a cobrir despesas de pequeno vulto, todavia as despesas realizadas não se revestiram do caráter da excepcionalidade previsto no *caput* do Art. 45 do Decreto nº 93.873/86. Ou seja, eram previsíveis e passíveis de planejamento, e poderiam ter sido submetidas ao processo normal de aplicação da despesa.

A Controladoria Geral da União disponibiliza em seu endereço eletrônico (<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/orientacoes-aos-gestores/>) uma Cartilha com Perguntas e Respostas sobre Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento, que de forma bem didática esclarece dúvidas corriqueiras em relação ao assunto.

5.1 ANÁLISE DOS COMPROVANTES

Os comprovantes de despesa realizada com recursos oriundos de Suprimento de Fundos têm as mesmas características de quaisquer documentos relativos a despesas subordinadas ao processo normal de pagamento.

As suas principais características são:

- a) os documentos fiscais, notas fiscais de vendas, notas fiscais de prestação de serviços – pessoa jurídica, faturas e recibos de pessoas físicas **não** deverão conter rasuras, acréscimos, entrelinhas;
- b) deverão ser emitidos **por quem forneceu** o material ou prestou o serviço;
- c) **deverão estar em nome do responsável pelo suprimento de fundos (recibos) ou do órgão a que o mesmo pertencer (CRP);**
- d) deverão ainda constar obrigatoriamente

- A data de emissão, que deverá ser sempre igual ou posterior à data da concessão (data do empenho) do Suprimento de Fundos;

- Detalhamento do material fornecido ou do serviço prestado, **evitando-se generalizações ou abreviaturas que impeçam ou dificultem o conhecimento da natureza das despesas** e da unidade fornecedora de materiais ou serviços (discriminação da quantidade de produto ou de serviço) e;

- No caso de serviços prestados por pessoas físicas: nota fiscal avulsa - se o prestador de serviço tiver inscrição municipal - e o recibo de pagamento de autônomo - que deve conter número do registro Geral (RG) e CPF e inscrição no INSS, se for o caso.

✓ **PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA**

Cumprindo nosso programa de trabalho, passamos a análise dos processos econômico-financeiros de solicitação de suprimento de fundos referente ao ano de 2017.

✓ **Opinião**

Procedemos ao minudente exame dos comprovantes, atentando para a observância da legalidade pertinentes à contabilização, apresentação e discriminação, observando os principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

- ✓ **Observação 1:** Os documentos comprobatórios de despesa deverão constar, claramente, a discriminação do material fornecido ou do serviço prestado, não se admitindo discriminação genérica ou emprego de abreviaturas que impeçam a clara identificação do objeto da despesa.
- ✓ **Observação 2:** Os comprovantes de despesas realizadas não poderão conter rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas.
- ✓ **Observação 3:** Os documentos comprobatórios de despesa serão apresentados em original emitidos por quem prestou o serviço ou forneceu o material, em nome da Unidade Gestora (CRP) ou do responsável pelo suprimento (recibos).

6. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

✓ **Órgãos Colegiados**

Efetuamos a leitura das atas de reunião dos órgãos de controle e fiscalização e em decorrência de tal procedimento entendemos que os órgãos de controle institucional, estão devidamente estruturados e funcionando conforme preconizado regimentalmente e estatutariamente.

✓ **Opinião**

Procedemos ao minudente exame dos diplomas legais pertinentes à criação, estruturação e funcionamento da Autarquia, atentando para a observância dos principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

Neste sentido é relevante esclarecermos que requisitos preconizados para a área operacional não foram objeto de nosso exame, mesmo porque foge a nossa competência, de tal modo que restringimo-nos a matéria exclusivamente contábil.

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

✓ PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

✓ Integridade/Segurança

A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.

✓ Opinião

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do CRP, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

8. LICITAÇÕES E CONTRATOS

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatatóes.

Visando avaliar o cumprimento da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes aos procedimentos administrativos envolvendo contratação de serviços e compras diversas, solicitamos a relação dos processos licitatórios havidos no exercício de 2017, para com base em critérios estatísticos, estratificamos aqueles que foram objetos da amostra, em proporções.

✓ Constatatóes

Todas as aquisições de materiais e serviços do Conselho foram realizadas através de contratação direta. Salientamos que tal procedimento não significa ausência do respeito aos princípios básicos que orientam a atuação administrativa. Permanece o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes. Para haver a contratação direta será previamente necessário um procedimento, para respeitar os princípios e realizar o ato mais vantajoso para a Administração, que conseqüentemente refletira na melhor oferta.

O CRP TO não realizou tais formalidades nos processos como as devidas cotações de preço e ainda a apresentação da regularidade fiscal entre outros procedimentos.

✓ **Opinião**

Para melhor controle e gerenciamento dos atos de gestão, os processos de despesas (contratação direta) deverão sofrer algumas implementações, especialmente para os seguintes procedimentos básicos:

- Autorização da despesa;
- Emissão da nota de empenho NE;
- Cotação de preços;
- Certidões de regularidades;
- Comprovante da despesas (notas fiscal);
- Atesto de cumprimento do serviço ou entrega dos materiais;
- Emissão do pagamento (Ordem bancária).

09. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 26 (vinte e seis) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **CRP/TO –23ª REGIÃO** acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros.

Palmas/TO, 12 de novembro de 2018.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

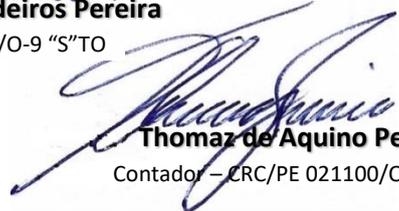
CRC/PE 000150/O "S"TO


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"TO
Sócio Sênior


Phillippe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"TO


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"TO



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br